

Direito Processual Penal - Lei nº 9.099/1995 - Juizados Especiais Criminais

Questão 1: FGV - Adv (SEN)/SEN/2008

Relativamente aos juizados especiais criminais, analise as afirmativas a seguir:

- I. São princípios que orientam os juizados especiais a oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual, celeridade e a busca pela conciliação.
- II. Os conciliadores são auxiliares da Justiça, recrutados, na forma da lei local, preferentemente entre bacharéis em Direito que exerçam funções na administração da Justiça Criminal.
- III. Os atos processuais serão públicos, sendo vedada sua realização em horário noturno.
- IV. É possível a aplicação dos institutos da conciliação e da transação no tribunal do júri nas infrações de menor potencial ofensivo conexas com crimes dolosos contra a vida.

Assinale:

- a) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- b) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- d) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.

Questão 2: FGV - Adv (SEN)/SEN/2008

Relativamente aos juizados especiais criminais, analise as afirmativas a seguir:

- I. No rito processual previsto na Lei 9.099/95, oferecida a denúncia, o juiz deverá dar a palavra ao defensor para responder à acusação antes de decidir se recebe a inicial.

II. Da sentença que homologa a transação penal cabe apelação no prazo de dez dias.

III. Não se imporá prisão em flagrante nem se exigirá fiança ao autor de infração de menor potencial ofensivo, desde que após a lavratura do termo ele concorde em comparecer ao juizado especial.

IV. É possível a proposta de transação penal nas infrações de menor potencial ofensivo, mesmo quando o autor do fato já tiver sido condenado anteriormente, com sentença transitada em julgado, por contravenção penal.

Assinale:

- a) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- b) se apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- d) se apenas as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Questão 3: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital"/2010

Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, nos termos do art. 61 da Lei n.º 9.099/95,

- a) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- b) aquelas assim descritas a critério do órgão do Ministério Público, titular da ação penal pública.
- c) aquelas que estejam sujeitas à aplicação do instituto da suspensão condicional do processo.
- d) aquelas cujo prejuízo material não for superior a 20 (vinte) salários mínimos.
- e) as punidas exclusivamente com multa ou prisão simples.

Questão 4: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2007

As presenças imprescindíveis, diante do juiz, na audiência preliminar prevista na Lei n.º 9.099/95, são:

- a) autor do fato e vítima, devidamente acompanhados por seus advogados.
- b) autor do fato, vítima, representante do Ministério Público e o responsável civil.

- c) réu, vítima e representante do Ministério Público.
- d) réu, vítima ou seu representante legal, promotor de justiça e o responsável civil.
- e) autor do fato, vítima e seus respectivos advogados, e o representante do Ministério Público.

Questão 5: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Litoral"/2006

Nos termos do art. 76 da Lei n.º 9.099/95, a transação penal somente será admitida se

- a) o agente não tiver sido beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pelo mesmo benefício.
- b) o agente jamais tiver sido condenado pela prática de crime.
- c) o Juiz, apto para julgar a causa, concordar com a aplicação do benefício.
- d) for aceita pelo defensor, responsável pela defesa técnica no processo, ainda que for recusada pelo agente.
- e) o agente comprometer-se, judicialmente, a comparecer mensalmente no fórum da comarca em que foi processado para informar e justificar suas atividades.

Questão 6: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2006

A Lei n.º 9.099/95, que instituiu os Juizados Especiais Criminais, determina, com relação aos atos processuais, que

- a) sua prática em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio idôneo de comunicação, exceto por correspondência eletrônica.
- b) atendidos os critérios estabelecidos em lei, serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais forem realizados.
- c) não é necessário tenha havido prejuízo para que se pronuncie nulidade.
- d) os considerados essenciais serão gravados em fita magnética ou equivalente, dispensadas as notas manuscritas, datilografadas, taquigrafadas ou estenotipadas.
- e) não poderão ser realizados em horário noturno.

Questão 7: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2012

Nos crimes _____, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado _____, presentes os demais requisitos que autorizariam _____.

Assinale a alternativa cujas expressões completam, correta e respectivamente, o art. 89 da Lei n.º 9.099/95.

a) de menor potencial ofensivo ... não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime ... a suspensão condicional da pena

b) em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei ... não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime ... a suspensão condicional da pena

c) de menor potencial ofensivo ... seja primário ... a substituição da pena privativa de liberdade

d) em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei ... seja primário ... a suspensão condicional da pena

e) em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei ... não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime ... a substituição da pena privativa de liberdade

Questão 8: VUNESP - JE TJRJ/TJ RJ/2011

Assinale a alternativa correta.

a) Para a “transação penal” não há necessidade do exame dos motivos e circunstâncias da infração. Bastam o exame dos antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente.

b) O agente condenado pela prática de contravenção não pode ser beneficiado com proposta de “transação penal”.

c) O agente beneficiado por “transação penal” em prazo inferior a 5 (cinco) anos pode ser beneficiado com nova “transação penal”.

d) O agente condenado pela prática de crime, ao pagamento de multa, pode ser beneficiado com proposta de “transação penal”.

Questão 9: VUNESP - JE TJRJ/TJ RJ/2012

No que concerne aos Juizados Especiais Criminais, considere as seguintes assertivas:

I. a composição civil dos danos em todos os crimes de menor potencial ofensivo impede a propositura da ação penal;

II. a sentença que decide pela aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa (“transação penal”) é irrecorrível;

III. o rito procedimental admite oferecimento de denúncia oral por parte do Ministério Público.

É correto o que se afirma em

- a) III, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.

Questão 10: VUNESP - AnaP MPE SP/MPE SP/Assistente Jurídico/2010

No procedimento comum sumaríssimo, previsto na Lei n.º 9.099/95, cabe recurso contra a decisão que rejeita a denúncia ou queixa?

- a) Não, em função do rito.
- b) Sim, apelação, em 10 (dez) dias.
- c) Sim, apelação, em 5 (cinco) dias.
- d) Sim, recurso em sentido estrito, em 10 (dez) dias.
- e) Sim, recurso em sentido estrito, em 5 (cinco) dias.

Questão 11: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2013

Com relação às infrações de menor potencial ofensivo, seu processo e julgamento, é correto afirmar que

- a) além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais dolosas de natureza grave.
- b) a citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por edital.
- c) a competência do Juizado será determinada pelo lugar de residência do réu.
- d) se consideram infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei n.º 9.099/95, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial.
- e) nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não pela Lei n.º 9.099/95, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.

Questão 12: FGV - NeR (TJ AM)/TJ AM/2005

Assinale a alternativa que complete corretamente a proposição a seguir:

No Juizado Especial Criminal, a composição civil, em ação penal pública condicionada, acarreta _____.

- a) renúncia ao direito de queixa
- b) extinção da punibilidade
- c) transação penal com aplicação de pena restritiva de direitos ou multa, a ser especificada na proposta
- d) perdão judicial
- e) absolvição criminal

Questão 13: VUNESP - Adv (TJ SP)/TJ SP/2013

A respeito do instituto da suspensão condicional do processo, é correto afirmar que

- a) a suspensão não poderá ser revogada, ainda que o beneficiário venha a ser processado no curso do prazo por contravenção.
- b) a prescrição correrá normalmente durante o prazo em que o processo estiver suspenso.
- c) a suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime.
- d) a suspensão será revogada no curso do prazo, em caso de o beneficiário deixar de efetuar a reparação do dano, ainda que por motivo justificado.
- e) o Juiz não poderá acrescentar outras condições, além daquelas previstas em lei, ainda que adequadas ao fato e à situação pessoal do beneficiário.

Questão 14: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2008

Quanto ao sursis processual (Lei n.º 9.099/95), assinale a alternativa correta.

- a) Os requisitos previstos para a concessão da suspensão condicional da pena (CP, art. 77), também subordinam a proposta de suspensão condicional do processo.
- b) O benefício é incogitável após o encerramento da instrução criminal, pois, nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a 1 (um) ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer denúncia, poderá propor a suspensão condicional do processo (art. 89, caput, da Lei n.º 9.099/95).
- c) O descumprimento das condições legais do sursis processual (Lei n.º 9.099/95, § 1º), constitui causa de revogação obrigatória do benefício.
- d) A aceitação do sursis processual impede que o acusado conteste, por qualquer meio, durante o período de prova, a falta de justa causa para a ação penal.

Questão 15: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2011

Antônio foi denunciado por receptação simples (art. 180, caput, do Código Penal), e o juiz, verificando que seria caso, em tese, da apresentação de proposta de suspensão condicional do processo (art. 89, da Lei n.º 9.099/95), determina a abertura de vista dos autos ao Promotor de Justiça para tal finalidade. O Promotor, porém, recusa-se a oferecer a proposta de suspensão, alegando que o crime de receptação é incompatível com o benefício, pois incentiva a prática de furtos, roubos e até mesmo de latrocínios, e requer o prosseguimento do feito. Qual a medida que o juiz, caso discorde do posicionamento do Promotor, deve tomar, inclusive, se o caso, consoante jurisprudência sumulada dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

- a) Remeter os autos à apreciação do Procurador Geral de Justiça, mediante aplicação analógica do art. 28, do Código de Processo Penal.
- b) Designar data para apresentação, de ofício, da proposta de suspensão, pois se trata de matéria de ordem pública e direito subjetivo do acusado, que atende a todos os requisitos legais.
- c) Determinar o prosseguimento do processo, pois, segundo o art. 89, caput, da Lei n.º 9.099/95, a apresentação de proposta de suspensão é faculdade do Promotor de Justiça e não direito subjetivo do acusado.
- d) Conceder habeas corpus de ofício, para trancar o processo, diante do evidente constrangimento ilegal imposto ao réu com o prosseguimento do feito sem a oferta da proposta de suspensão.
- e) Remeter os autos a outro Promotor de Justiça para que ele apresente a proposta de suspensão, com base no princípio da independência funcional dos membros do Ministério Público.

Questão 16: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Remoção/2008

O instituto da transação penal, criado pela Lei n.º 9.099/95, é uma mitigação do princípio da

- a) indivisibilidade da ação penal.
- b) oficialidade da ação penal.
- c) indisponibilidade da ação penal.
- d) intranscendência da ação penal.

Questão 17: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2008

Assinale a alternativa correta quanto ao recurso que caberá contra a decisão que rejeita queixa oferecida perante o Juizado Especial Criminal por crime de pequeno potencial ofensivo, bem como seu prazo para interposição e oferecimento das razões recursais.

- a) Recurso em sentido estrito, a ser interposto em 5 dias, com 8 dias para posterior oferecimento das razões recursais.
- b) Apelação, a ser interposta em 10 dias, já acompanhada das razões recursais.
- c) Apelação, a ser interposta em 5 dias, com 8 dias para posterior oferecimento das razões recursais.

d) Recurso em sentido estrito, a ser interposto em 5 dias, já acompanhado das razões recursais.

Questão 18: FGV - Del Pol (PC MA)/PC MA/2012

Com relação ao procedimento nos Juizados Especiais Criminais, assinale a afirmativa incorreta.

- a) A composição dos danos civis acarreta renúncia ao direito de queixa ou representação nas ações penais privadas e públicas condicionadas à representação.
- b) Acolhendo a transação penal proposta pelas partes, o juiz, em decisão irrecorrível, aplicará pena restritiva de direito ou multa, que não importará em reincidência.
- c) De acordo com a jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça, no caso de concursos de crimes, as penas deverão ser somadas ou exasperadas para fins de verificação do cabimento de suspensão condicional do processo.
- d) Os embargos de declaração podem ser propostos oralmente e o prazo será de 5 dias da ciência da decisão.
- e) A transação penal e a composição dos danos civis não são institutos privativos do Juizado Especial Criminal.

Questão 19: VUNESP - DTP (PC SP)/PC SP/2014

Lei n.º 9.099/1995, artigo 69: “ _____ que tomar conhecimento da ocorrência lavrará _____ e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários”.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- a) A autoridade policial ... termo circunstanciado
- b) A autoridade administrativa ... sindicância
- c) Qualquer policial ... auto de infração penal
- d) O juiz leigo ... termo de registro criminal
- e) O promotor de justiça ... inquérito civil

Questão 20: VUNESP - Esc Pol (PC SP)/PC SP/2013

Para os efeitos da Lei n.º 9.099/1995, com as alterações da Lei n.º 11.313/2006 (Lei dos Juizados Especiais Criminais), consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena

- a) máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

- b) exclusivamente de multa.
- c) mínima de 1 (um) ano e máxima de 3 (três) anos, cumulada ou não com multa.
- d) de detenção ou multa.
- e) restritiva de direitos.

Questão 21: FGV - JE TJPA/TJ PA/2008

Em tema de Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa correta.

- a) Não encontrado o acusado para ser citado, o juiz encaminhará o termo circunstanciado ao juízo comum para a adoção do procedimento previsto em lei.
- b) Obtida a composição dos danos civis, em crime de ação penal pública incondicionada, o Ministério Público deverá promover o arquivamento do termo circunstanciado.
- c) Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, salvo se o autor da infração tiver sido beneficiado anteriormente, no prazo de 10 (dez) anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa, por meio de transação penal.
- d) Não cabe aplicação de penas alternativas ou substitutivas.
- e) Caberá apelação da decisão que receber a denúncia ou a queixa.

Questão 22: FGV - OAB UNI NAC/OAB/XII Exame/2013

Segundo a Lei dos Juizados Especiais, assinale a alternativa que apresenta o procedimento correto.

- a) Aberta a audiência, será dada a palavra ao defensor para responder à acusação, após o que o Juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa; havendo recebimento, serão ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.
- b) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa caberá recurso em sentido estrito, que deverá ser interposto no prazo de cinco dias.
- c) Os embargos de declaração são cabíveis quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida, que deverão ser opostos em dois dias.
- d) Se a complexidade do caso não permitir a formulação da denúncia oral em audiência, o Ministério Público poderá requerer ao juiz dilação do prazo para apresentar denúncia escrita nas próximas 72 horas.

Questão 23: FGV - OAB UNI NAC/OAB/IX Exame/2012

Com relação à Lei n. 9.099/95, assinale a afirmativa incorreta.

- a) A transação penal consiste na aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas àquele a quem se imputa uma infração de menor potencial ofensivo.
- b) Não poderá ser oferecida a suspensão condicional do processo ao acusado que tiver sido condenado anteriormente por contravenção penal.
- c) Em caso de delito perseguível por ação penal pública condicionada à representação, havendo a representação do ofendido, o Ministério Público está legitimado para oferecer transação penal, mesmo que o ofendido se oponha e deseje a continuação do processo.
- d) Se, no curso da suspensão condicional do processo, o acusado vier a ser processado por contravenção penal, o benefício poderá ser revogado pelo juiz.

Questão 24: FGV - OAB UNI NAC/OAB/IX Exame/2012

Assinale a alternativa que apresenta dois institutos despenalizadores previstos na Lei dos Juizados Especiais.

- a) Suspensão condicional da pena privativa de liberdade e transação penal.
- b) Transação penal e livramento condicional.
- c) Composição civil extintiva da punibilidade e suspensão condicional do processo.
- d) Sursis e pena restritiva de direitos substitutiva da privativa de liberdade.

Questão 25: FGV - OAB UNI NAC/OAB/V Exame/2011

Quando se tratar de acusação relativa à prática de infração penal de menor potencial ofensivo, cometida por estudante de direito, a competência jurisdicional será determinada pelo(a)

- a) natureza da infração praticada e pelo local em que tiver se consumado o delito.
- b) local em que tiver se consumado o delito.
- c) natureza da infração praticada.
- d) natureza da infração praticada e pela prevenção.

Questão 26: FGV - OAB UNI NAC/OAB/IV Exame/2011

À luz da lei que dispõe sobre os Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95), assinale a alternativa correta.

- a) A competência do juizado será determinada pelo lugar em que se consumir a infração penal.
- b) A citação será pessoal e se fará no próprio juizado, sempre que possível, ou por edital.

- c) O instituto da transação penal pode ser concedido pelo juiz sem a anuência do Ministério Público.
- d) Tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

Questão 27: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Grande SP"/2014

A composição civil dos danos, de acordo com o art. 74 da Lei no 9.099/95,

- a) é modalidade de resolução de conflito que pode ser homologada pelo Ministério Público.
- b) impede a propositura da ação penal, inclusive a pública incondicionada.
- c) tem eficácia de título executivo, a ser executado no próprio Juizado Especial Criminal.
- d) prescinde de forma escrita, em atenção à regra da oralidade.
- e) é irrecorrível quando homologada por sentença.

Questão 28: VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Sobre os Juizados Especiais Criminais (Lei no 9.099/95), pode-se afirmar que

- a) não será preso em flagrante e tampouco estará obrigado a recolher fiança o autor do fato que, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer.
- b) são competentes para o processamento e julgamento das infrações de menor potencial ofensivo a delegacia e o fórum do local da residência da vítima.
- c) será instaurado o termo circunstanciado pela autoridade policial, após a notícia de infração de menor potencial ofensivo, inclusive quando se tratar de crime militar.
- d) não poderá ser processado pelos juizados especiais criminais o autor do fato, se portador de antecedentes criminais.
- e) os delitos cuja pena máxima não seja superior a dois anos – excluindo-se daí as contravenções penais – por serem infrações de menor potencial ofensivo, são de competência dos juizados especiais criminais.

Questão 29: FGV - AJ (TJ RJ)/TJ RJ/Execução de Mandados/2014

Parte da doutrina afirma que a transação penal mitigou o princípio da obrigatoriedade da ação penal pública. Sobre este instituto previsto na Lei nº 9.099/95, é correto afirmar que:

- a) não há vedação expressa à concessão do benefício ao autor condenado anteriormente exclusivamente à pena de multa;
- b) será aplicada diretamente pelo magistrado, independentemente de proposta prévia do Ministério Público;

- c) não poderá ser oferecido se o agente houver sido beneficiado por outra transação penal nos 07 (sete) anos anteriores;
- d) será irrecorrível a sentença do magistrado que aplica a transação penal aceita pelo autor do fato;
- e) não gerará reincidência nem maus antecedentes, em que pese produza efeitos civis.

Questão 30: FGV - AJ (TJ RJ)/TJ RJ/Execução de Mandados/2014

A Lei nº 9.099/95 traz um procedimento simplificado a ser aplicado no âmbito dos Juizados Especiais Criminais. Diante disso, algumas peculiaridades são previstas neste diploma legal. Sobre o procedimento sumaríssimo do JECRIM, é correto afirmar que:

- a) a competência será determinada pelo local em que a infração for praticada e não pelo lugar da consumação;
- b) da decisão de rejeição da denúncia caberá recurso em sentido estrito;
- c) da decisão que homologa a composição de danos entre autor do fato e vítima caberá recurso de apelação;
- d) a sentença poderá dispensar o relatório e o dispositivo, mas não a fundamentação;
- e) cabe citação por edital no âmbito dos Juizados Especiais Criminais.

Questão 31: FGV - OAB UNI NAC/OAB/XVI Exame/2015

Scott procurou um advogado, pois tinha a intenção de ingressar com queixa-crime contra dois vizinhos que vinham lhe injuriando constantemente. Narrados os fatos e conferida procuração com poderes especiais, o patrono da vítima ingressou com a ação penal no Juizado Especial Criminal, órgão efetivamente competente, contudo o magistrado rejeitou a queixa apresentada.

Dessa decisão do magistrado caberá

- a) recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias.
- b) apelação, no prazo de 05 dias.
- c) recurso em sentido estrito, no prazo de 02 dias.
- d) apelação, no prazo de 10 dias.

Questão 32: FGV - Est For (MPE RJ)/MPE RJ/2014

De acordo com a legislação penal vigente, são considerados crimes de menor potencial ofensivo aqueles:

- a) cuja pena máxima cominada seja igual ou inferior a 2 (dois) anos ou multa;

- b) que admitem suspensão condicional do processo;
- c) com pena mínima cominada igual ou inferior a 1 (um) ano;
- d) com pena mínima cominada igual ou inferior a 1(um) ano e pena máxima igual ou inferior a 2 (dois) anos ou multa;
- e) com pena máxima cominada igual ou inferior a 1 (um) ano ou multa.

Questão 33: FGV - Est For (MPE RJ)/MPE RJ/2014

O Promotor de Justiça da 58ª Vara Criminal da Comarca da Capital-RJ denunciou Antônio Carlos pelo crime de furto qualificado, praticado com emprego de chave falsa, sabendo que o lesado era um idoso de 65 anos de idade. Recebida a denúncia e, após, concluída a instrução criminal, o Ministério Público pediu a condenação nos termos da denúncia, admitindo a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, desde que a pena aplicada objetivamente autorizasse a sub-rogação, já que eram favoráveis ao acusado as circunstâncias judiciais, sobretudo porque o réu preenchia os requisitos subjetivos para a referida substituição. Prolatada a sentença, que acolheu integralmente a denúncia, o réu restou condenado à pena mínima de 2 (dois) anos de reclusão, em regime aberto, a qual foi substituída por uma pena restritiva de direitos, que consistiu na prestação de serviços à entidade pública, a ser definida pelo juízo da execução, aos finais de semana à razão de 1 (uma) hora de tarefa por dia de condenação.

Diante da pena aplicada, o Promotor de Justiça ficou insatisfeito e decidiu recorrer para corrigir integralmente a sentença, já que a mesma violou regras de direito penal, razão pela qual interpôs recurso:

I – de apelação;

II – em sentido estrito que, pelo princípio da fungibilidade recursal, poderia ser recebido como recurso de apelação;

III – inominado para suprir uma omissão na sentença;

IV – inominado para suprir uma omissão na sentença e, decidido esse recurso, interpôs recurso de apelação.

Está correto somente o que se afirma em:

- a) I;
- b) II;
- c) I e III;

d) II e III;

e) IV.

Questão 34: FGV - TJ Aux (TJ SC)/TJ SC/2015

Durante a comemoração de um aniversário, José Antônio, primário e de bons antecedentes, subtraiu o celular da aniversariante em um momento de distração desta. Foi descoberto 03 dias após o fato, razão pela qual foi denunciado pela prática do crime de furto simples consumado (pena: 01 a 04 anos de reclusão e multa). Considerando apenas os dados narrados, é correto afirmar que:

a) por ser primário e de bons antecedentes, caberá oferecimento de proposta de transação penal, mas não de suspensão condicional do processo;

b) a competência será determinada pelo local em que ocorreu a ação, ainda que outro seja o local da consumação;

c) por ser primário e de bons antecedentes, caberá oferecimento de proposta de suspensão condicional do processo ou, em momento posterior, de transação penal;

d) não cabe proposta de suspensão condicional do processo e nem de transação penal, pois o delito não é de menor potencial ofensivo;

e) por ser primário e de bons antecedentes, caberá oferecimento de proposta de suspensão condicional do processo, mas não de transação penal.

Questão 35: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2015

O processo perante o Juizado Especial Criminal objetivará, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade. Nesse contexto, de acordo com o exposto texto do art. 62 da Lei no 9.099/95, orientar-se-á pelos critérios de

a) oralidade, informalidade e economia processual, apenas.

b) oralidade e economia processual, apenas.

c) economia processual e celeridade, apenas.

d) oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, apenas.

e) oralidade, informalidade, economia processual, celeridade e verdade formal.

Questão 36: FGV - Anal (DPE MT)/DPE MT/Advogado/2015

Maria, que nunca havia tido qualquer envolvimento prévio com o aparato policial ou judicial, após descobrir a traição de seu cônjuge, Erik, ofendeu a integridade física deste, causando-lhe lesões corporais de natureza leve. Revoltado, Erik comparece à delegacia, onde registra o fato e manifesta interesse de representar contra sua esposa.

Nessa situação, considerando que o crime é de menor potencial ofensivo, assinale a afirmativa correta.

- a) Poderá ser designada audiência preliminar para composição de danos civis e, caso o acordo ocorra e seja homologado pelo juiz, o recurso cabível será de apelação.
- b) Poderá, caso não haja composição de danos, ser oferecida pelo Ministério Público proposta de transação penal, que, sendo aceita, não gera reincidência nem Maus Antecedentes, mas gera efeitos civis.
- c) Poderá ser designada audiência preliminar para composição de danos civis e, mesmo que o acordo ocorra e seja homologado pelo juiz, não importará renúncia ou retratação ao direito de representação.
- d) Poderá ser oferecida proposta de suspensão condicional do processo caso não haja composição de danos ou transação, sendo possível ao juiz impor condições adequadas ao fato e à situação do agente além das previstas em lei.
- e) Poderá ser oferecida proposta de suspensão condicional do processo caso não haja composição de danos ou transação, sendo que, no período de suspensão, caso as condições sejam cumpridas, correrá prescrição normalmente.

Questão 37: VUNESP - JE TJMS/TJ MS/2015

No que se refere aos Juizados Especiais Criminais, nos termos da Lei no 9.099/95, é correto afirmar que da decisão

- a) de rejeição da denúncia ou queixa caberá recurso em sentido estrito e da sentença caberá apelação, que será julgada necessariamente pela Câmara Especial do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, composta de três Desembargadores.
- b) de rejeição da denúncia ou queixa caberá recurso em sentido estrito e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três Juizes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
- c) de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por Turma composta de três Juizes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
- d) de rejeição da denúncia ou queixa caberá recurso em sentido estrito, que poderá ser julgado por turma composta de três Juizes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado e da sentença caberá apelação, que será julgada necessariamente pela Câmara Especial do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, composta de três Desembargadores.
- e) de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que será julgada necessariamente pela Câmara Especial do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, composta de três Desembargadores.

Questão 38: VUNESP - JE TJMS/TJ MS/2015

Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o processo e julgamento do habeas corpus impetrado contra ato ilegal da Turma Recursal compete ao

- a) Tribunal de Justiça dos Estados.

b) Superior Tribunal de Justiça.

c) pleno da Turma Recursal composta de 5 juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Tribunal de Justiça.

d) Supremo Tribunal Federal.

e) pleno da Turma Recursal composta de 15 juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado Especial.

Questão 39: VUNESP - JE TJMS/TJ MS/2015

O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo, para efeitos da Lei no 9.099/95:

a) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 3 (três) anos, desde que não cumulada com multa.

b) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, desde que não cumulada com multa.

c) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

d) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, desde que não cumulada com multa.

e) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 3 (três) anos, cumulada ou não com multa.

Questão 40: VUNESP - JE TJMS/TJ MS/2015

Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade. Dessa feita, é correto afirmar que

a) o não oferecimento da representação na audiência preliminar implica decadência do direito.

b) obtida a composição dos danos civis, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal, que será reduzida a termo.

c) se tratando de ação penal de iniciativa privada, o acordo homologado não acarreta a renúncia ao direito de queixa.

d) a composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença recorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo criminal competente.

e) se tratando de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de representação.

Questão 41: FGV - AJ (TJ RO)/TJ RO/Oficial de Justiça/2015

Fátima, primária e de bons antecedentes, proprietária do estabelecimento comercial “Doce Salgado”, foi denunciada pela prática do crime de vender mercadoria em condições impróprias para consumo, tipificado no artigo 7º, inciso IX, da Lei 8.137, que prevê pena de detenção de 02 a 05 anos ou multa. Considerando a situação narrada, é correto afirmar que:

- a) uma vez oferecida a denúncia, não mais caberá proposta de suspensão condicional do processo;
- b) poderá ser oferecida proposta de suspensão condicional do processo para Fátima e, em caso de aceitação, durante a suspensão não correrá prazo prescricional;
- c) a pena em abstrato prevista para o delito não permite que seja formulada proposta de suspensão condicional do processo;
- d) poderá ser oferecida proposta de suspensão condicional do processo para Fátima e, em caso de aceitação, durante a suspensão correrá prazo prescricional;
- e) a suspensão condicional do processo é instituto privativo das infrações penais de menor potencial ofensivo.

Questão 42: FGV - OAB UNI NAC/OAB/XVIII Exame/2015

Vinícius, primário e de bons antecedentes e regularmente habilitado, dirigia seu veículo em rodovia na qual a velocidade máxima permitida era de 80 km/h. No banco do carona estava sua namorada Estefânia. Para testar a potência do automóvel, ele passou a dirigir a 140 km/h, acabando por perder o controle do carro, vindo a cair em um barranco. Devido ao acidente, Estefânia sofreu lesão corporal e foi socorrida por

policiais rodoviários. No marcador do carro ficou registrada a velocidade desenvolvida. Apesar do ferimento sofrido, a vítima afirmou não querer ver o autor processado por tal comportamento imprudente.

Apresentado o inquérito ao Ministério Público, foi oferecida denúncia contra Vinícius pela prática do injusto do Art. 303 da Lei nº 9503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), que prevê a pena de 06 meses a 02 anos de detenção e a suspensão ou proibição da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor.

Considerando o acima exposto, a defesa de Vinícius deverá requerer

- a) a extinção do processo por não ter o Ministério Público legitimidade para oferecer denúncia, em razão da ausência de representação da vítima.
- b) a realização de audiência de composição civil.

- c) a realização de audiência para proposta de transação penal.
- d) a suspensão condicional do processo, caso a denúncia seja recebida.

Questão 43: FGV - Ana Adm (PROCEMPA)/PROCEMPA/Advogado/2014

No dia 25 de outubro do corrente ano, João, primário e de bons antecedentes, subtraiu para si a pasta de trabalho e o celular de José, sem empregar violência ou grave ameaça. Em razão disso, foi indiciado pela prática do crime de furto simples consumado, cuja pena privativa de liberdade em abstrato prevista é de 1 a 4 anos de reclusão e multa.

Nesse caso,

- a) poderá ser oferecida a ele proposta de transação penal, pois suas circunstâncias pessoais são favoráveis.
- b) deverá ser designada audiência de composição dos danos civis, funcionando eventual acordo como renúncia ao direito de representação.
- c) em razão da pena cominada, no momento da denúncia, poderá ser oferecida proposta de suspensão condicional do processo.
- d) não caberá composição dos danos, transação ou suspensão condicional do processo, tendo em vista que o crime praticado não é de menor potencial ofensivo.
- e) a ação penal será privada, logo depende do oferecimento de queixa-crime.

Questão 44: VUNESP - Of Prom (MPE SP)/MPE SP/I/2016

Pela regra do art. 61 da Lei no 9.099/95, assinale a alternativa que traz pena que corresponde à infração penal de menor potencial ofensivo.

- a) Detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos.
- b) Reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.
- c) Reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos.
- d) Detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.
- e) Detenção de 6 (seis) meses a 4 (quatro) anos.

Questão 45: FGV - OAB UNI NAC/OAB/XIX Exame/2016

Em 16/02/2016, Gisele praticou um crime de lesão corporal culposa simples no trânsito, vitimando Maria Clara. Gisele, então, procura seu advogado para saber se faz jus à transação penal, esclarecendo que já foi condenada definitivamente por uma vez a pena restritiva de direitos pela prática de furto e que já se beneficiou do instituto da transação há 7 anos.

Deverá o advogado esclarecer sobre o benefício que

- a) não cabe oferecimento de proposta de transação penal porque Gisele já possui condenação anterior com trânsito em julgado.
- b) não cabe oferecimento de proposta de transação penal porque Gisele já foi beneficiada pela transação em momento anterior.
- c) poderá ser oferecida proposta de transação penal porque só quem já se beneficiou da transação penal nos 3 anos anteriores não poderá receber novamente o benefício.
- d) a condenação pela prática de furto e a transação penal obtida há 7 anos não impedem o oferecimento de proposta de transação penal.

Questão 46: FGV - Est For (MPE RJ)/MPE RJ/2016

O processo, no âmbito dos Juizados Especiais Criminais, é regido pelos princípios:

- a) da integralidade e da consumação;
- b) da oralidade e da consumação;
- c) da oralidade e da integralidade;
- d) da oralidade e da economia processual;
- e) da informalidade e da integralidade.

Questão 47: FGV - Est For (MPE RJ)/MPE RJ/2016

Pela prática do crime de estelionato (artigo 171, caput, do CP), em continuidade delitiva (artigo 71, do CP), Valfrido é denunciado pelo Ministério Público Estadual. Quando do oferecimento da denúncia, o Promotor de Justiça deixa de oferecer a proposta de suspensão condicional do processo, ao argumento do descabimento da medida. No caso:

- a) o Promotor de Justiça não pode oferecer a suspensão condicional do processo porque tal medida não tem cabimento em crimes contra o patrimônio;
- b) o Promotor de Justiça não pode oferecer a suspensão condicional do processo porque tal medida não tem cabimento à hipótese de estelionato;
- c) a suspensão condicional do processo não tem cabimento, já que a continuidade delitiva impõe somatório que eleva de um ano a pena base;
- d) a suspensão condicional do processo somente pode ser oferecida em hipótese de infrações de menor potencial ofensivo;

e) a suspensão condicional do processo é de iniciativa reservada ao juiz, sendo certo dizer que somente poderá advir ao momento da sentença.

Questão 48: VUNESP - Sarg (PM SP)/PM SP/CFS - Curso de Formação de Sargentos/2014

Nos termos da Lei n.º 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, é correto afirmar que

- a) em se tratando de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.
- b) Juizado Especial Criminal, provido exclusivamente por juízes togados, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.
- c) a competência do Juizado será determinada pelo domicílio do réu.
- d) os atos processuais serão públicos, podendo ocorrer em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária, sendo, porém, vedada a realização em horário noturno.

Questão 49: VUNESP - Tec Adm (PM SP)/PM SP/2010

Sobre os juizados especiais criminais, assinale a alternativa correta.

- a) São infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.
- b) Todas disposições da Lei n.º 9.099/95 aplicam-se no âmbito da Justiça Militar.
- c) O processo orientar-se-á pelos critérios da dogmaticidade, formalidade, economia processual e celeridade.
- d) O processo tem como objetivo, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena privativa de liberdade.
- e) Os atos realizados em audiência de instrução e julgamento não poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente.

Questão 50: VUNESP - JE TJRJ/TJ RJ/2014

Recurso que exige concomitante interposição e apresenta-ção de razões:

- a) apelação no rito ordinário.
- b) apelação no rito sumaríssimo.
- c) apelação no rito sumário.
- d) recurso em sentido estrito no rito ordinário.

Questão 51: VUNESP - Tec Adm (PM SP)/PM SP/2013

Quanto à Lei Federal n.º 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), alterada pelas Leis Federais números 9.839/99, 10.455/02 e 11.313/06, assinale a alternativa correta.

- a) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, excetuando os casos em que a lei preveja procedimento especial.
- b) A autoridade policial que tomar conhecimento da prática de uma infração penal de menor potencial ofensivo lavrará o auto de prisão em flagrante delito e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.
- c) Nas infrações penais de menor potencial ofensivo em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, o Juiz de Direito poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos.
- d) A aplicação de pena restritiva de direitos ou multa não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos.
- e) As disposições referentes a transação penal e suspensão condicional do processo se aplicam no âmbito da Justiça Militar do Estado de São Paulo.

Questão 52: VUNESP - JE TJRJ/TJ RJ/2013

Assinale a alternativa correta relativamente ao procedimento penal sumaríssimo.

- a) Embora vigorem os princípios da economia processual e da informalidade, é inadmissível a prolação de uma sentença que não contenha relatório.
- b) Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.
- c) Não encontrado o acusado para ser citado, o juiz encaminhará as peças existentes ao juízo comum para adoção do procedimento ordinário.
- d) A competência territorial do Juizado será determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso da tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

Questão 53: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/2017

O processo perante o Juizado Especial Criminal objetiva, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

Nos literais e exatos termos do art. 62 da Lei nº 9.099/95, são critérios que orientam o processo no Juizado Especial Criminal:

- a) boa-fé, objetividade, economia processual e celeridade.
- b) oralidade, objetividade, economia processual e publicidade.
- c) oralidade, informalidade, objetividade e celeridade.
- d) oralidade, instrumentalidade, economia processual e celeridade.
- e) oralidade, informalidade, economia processual e celeridade.

Questão 54: FGV - OAB UNI NAC/OAB/XXIV Exame/2017

Bárbara, nascida em 23 de janeiro de 1999, no dia 15 de janeiro de 2017, decide sequestrar Felipe, por dez dias, para puni-lo pelo fim do relacionamento amoroso. No dia 16 de janeiro de 2017, efetivamente restringe a liberdade do ex-namorado, trancando-o em uma casa e mantendo consigo a única chave do imóvel. Nove dias após a restrição da liberdade, a polícia toma conhecimento dos fatos e consegue libertar Felipe, não tendo, assim, se realizado, em razão de circunstâncias alheias, a restrição da liberdade por dez dias pretendida por Bárbara. Considerando que, no dia 23 de janeiro de 2017, entrou em vigor nova lei, mais gravosa, alterando a sanção penal prevista para o delito de sequestro simples, passando a pena a ser de 01 a 05 anos de reclusão e não mais de 01 a 03 anos, o Ministério Público ofereceu denúncia em face de Bárbara, imputando-lhe a prática do crime do Art. 148 do Código Penal (Sequestro e Cárcere Privado), na forma da legislação mais recente, ou seja, aplicando-se, em caso de condenação, pena de 01 a 05 anos de reclusão.

Diante da situação hipotética narrada, é correto afirmar que o advogado de Bárbara, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, deverá pleitear

- a) a aplicação do instituto da suspensão condicional do processo.
- b) a aplicação da lei anterior mais benéfica, ou seja, a aplicação da pena entre o patamar de 01 a 03 anos de reclusão.
- c) o reconhecimento da inimizabilidade da acusada, em razão da idade.
- d) o reconhecimento do crime em sua modalidade tentada.

GABARITO

1) C	21) A	41) B
2) E	22) A	42) D
3) A	23) B	43) C
4) E	24) C	44) D
5) A	25) A	45) D
6) B	26) D	46) D
7) B	27) E	47) C
8) D	28) A	48) A
9) A	29) A	49) A
10) B	30) A	50) B
11) E	31) D	51) D
12) B	32) A	52) B
13) C	33) E	53) E
14) A	34) E	54) A
15) A	35) D	
16) C	36) D	
17) B	37) C	
18) B	38) A	
19) A	39) C	
20) A	40) E	